

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO EM RIBEIRÃO PRETO-SP

José Cláudio Gonçalves²

Rosemeire Aparecida Scopinho³

Resumo: A questão do desenvolvimento rural vem sendo discutida por diferentes agências e agentes, governamentais ou não, que direcionam os debates para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Nesta abordagem, a conservação e a recomposição dos recursos naturais são consideradas tão importantes quanto a produção agrícola. No Brasil, esta perspectiva tem colocado os assentamentos de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos agropecuários baseados na sustentabilidade ambiental. O estudo de caso que desenvolvemos em um assentamento rural localizado no município de Ribeirão Preto, região Nordeste do Estado de São Paulo, revelou que a implantação de projetos desta natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Confrontando os diferentes discursos e práticas objetivamos compreender no que consiste a sustentabilidade ambiental para o Estado, os movimentos sociais e os trabalhadores rurais assentados.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agroecologia; Conflitos Socioambientais.

Abstract: *The issue of rural development has been discussed by different agencies and agents, whether governmental or otherwise, that direct their discussions towards convergence among agricultural, agrarian, and environmental issues.*

¹Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: ze_goncalves20@yahoo.com.br.

²Professora-adjunta do PPGS – UFSCar. E-mail: scopinho@ufscar.br.

Within this approach, conservation and restoration of natural resources, and the agricultural production are all equally important. In Brazil, this perspective has placed land reform settlements as important alternatives avenues for the implementation of agricultural projects based on environmental sustainability. The case study developed in a rural community located in Ribeirão Preto city, northeast region of São Paulo State, showed that due to the nature of these projects implementation, the conflicts between different agents can be exacerbated, articulating the fragmentation and dislocation of public policies in support of rural settlements. A comparative investigation of different discourses and practices was conducted with the purpose to better understand the concepts of environmental sustainability within the State conception, along with social movements, and settled rural workers.

Keywords: *Land Reform; Rural Settlements; Sustainable Rural Development; Agroecology; Socio-Environmental Conflicts.*

Introdução

As diferentes análises empreendidas sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, entre as quais: Ianni (1984), Delgado (1985), Szmrecsámyi (1990), Silva (1996), Assunção, Veiga (2004), evidenciam as suas consequências socioambientais: aumento do êxodo rural, o empobrecimento dos pequenos produtores, a concentração fundiária e a expansão desordenada da fronteira agrícola. Estes estudos demonstram ainda que a integração das atividades agrícolas às atividades industriais, ou seja, a chamada industrialização da agricultura não se restringiu às mudanças na base técnica, mas envolveu também profundas alterações nas relações sociais estabelecidas entre os vários agentes sociais atuantes nos espaços rurais do país.

Não obstante tais constatações, o fato é que os problemas ambientais derivados da modernização da agricultura brasileira só vieram a adquirir maior relevância na década de 1990. Assim, a partir de meados dos anos de 1990, novos elementos passaram a ser considerados na discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro, entre estes: a recomposição de áreas degradadas, a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, o controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos, e mais recentemente, a exigência do cumprimento da legislação referente às áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente dos imóveis rurais.

Deste modo, além dos aspectos econômicos, técnicos e sociais do desenvolvimento rural, o debate contemporâneo busca incorporar também as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental dos espaços rurais, estas expressas na conservação e ou recomposição dos recursos naturais degradados pelas atividades agropecuárias, sobretudo, as de caráter intensivo. Conforme aponta Almeida (1995):

É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentável indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou *moderna* (p.46) [grifo do autor].

O modelo de desenvolvimento da agricultura na região Nordeste do Estado de São Paulo, especialmente aquele implantado a partir dos anos de 1980, configura-se como um exemplo vivo das transformações derivadas do processo de modernização da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo em que esta região concentra uma agricultura de alto valor comercial, sobretudo, nas atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, ela também vem apresentando sérios problemas, tanto no que se refere aos aspectos sociais quanto ambientais, conforme Alves (1991), Ferrante (1991), Silva (1999), Scopinho (2003), Elias (2003), entre outros. Nesta região, os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas estão relacionados, principalmente, ao cultivo da cana-de-açúcar, em especial à prática da queima da palha na época da colheita³. A dinâmica do setor sucroalcooleiro lança, portanto, novos questionamentos sobre a questão do desenvolvimento socioeconômico desta importante região do país, sobretudo, se considerarmos os projetos de assentamentos de reforma agrária que nela estão sendo implantados

³O cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste paulista definiu um novo ciclo de desenvolvimento desta região e está diretamente relacionado à ampliação e consolidação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro em que se destacam duas fases: a primeira, marcada pela criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) nos anos de 1970; a segunda iniciou-se nos anos 2000 e pode ser caracterizada por apresentar crescentes investimentos de empresas transnacionais na aquisição de destilarias de álcool visando, sobretudo, a produção dos chamados biocombustíveis.

como contrapontos à agricultura empresarial⁴.

Frente a estas questões, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2010 no Assentamento Mário Lago, localizado na antiga Fazenda da Barra, município de Ribeirão Preto. Este é um assentamento do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Considerando que sustentabilidade ambiental é uma das diretrizes para a organização, social e econômica, das famílias assentadas nesta área, partimos das seguintes questões: quais são os limites e as possibilidades que se colocam no planejamento e implantação de um assentamento rural agroecológico numa região cujo modelo de desenvolvimento rural gerou miséria social e degradação ambiental? É possível realizar os princípios da agroecologia neste assentamento? Que sentidos atribuem os assentados, o Estado e o MST à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à agroecologia? Como esses sentidos se traduzem (ou não) em práticas concretas de conservação ambiental?

PDS: a nova face da reforma agrária em São Paulo?

Os debates sobre a problemática ambiental nos assentamentos rurais em São Paulo são relativamente recentes. Considerando-se o conjunto dos projetos de assentamentos implantados no Estado, entre os anos de 1980 e 1990, podemos afirmar que não houve, na condução desses projetos, uma forte preocupação com as questões ambientais. Até meados dos anos de 1990, as preocupações dos movimentos sociais, dos assentados, dos técnicos e dos agentes das instituições de mediação estavam mais voltadas para os conflitos, tensões e descontentamentos emergidos a partir da organização de cooperativas e associações, muitas das quais criadas como meio para viabilizar estratégias de produção e comercialização do excedente.

Não obstante esta realidade, a partir da segunda metade dos anos de 1990,

⁴As tentativas de construção de um novo modelo de produção agropecuário para esta região podem ser percebidas na implantação de projetos de assentamentos rurais de reforma agrária que vem sendo organizados desde os anos de 1980 (Ferrante, 1998; Bergamasco & Ferrante, 1995). Mais recentemente, a partir dos anos 2000, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem procurado introduzir e difundir os princípios da agroecologia nos projetos de assentamentos criados e administrados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

as discussões sobre as questões ambientais foram ganhando corpo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária no território paulista. Desde modo, a partir do ano de 2000, o Estado de São Paulo também passou a ser palco da implantação de um novo tipo de assentamento rural, o chamado PDS, conhecido como assentamento agroecológico. Atualmente, existem em São Paulo 18 assentamentos rurais nesta modalidade, sendo que destes cinco encontram-se nas regiões Nordeste e Central do Estado, ou seja, em duas regiões onde predomina a atividade econômica da agroindústria canieira.

Município	Assentamento	Área/hectare	Nº famílias
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro	378,91	40
Descalvado	PDS Horto Florestal Aurora	533,36	80
Ribeirão Preto	PDS Fazenda da Barra	1.548,48	440
Serrana/Serra Azul	PDS Sepé Tiaraju	798	79
São Carlos	PDS Santa Helena	98,83	19

Quadro 1 – Assentamentos rurais do tipo PDS criados pelo INCRA nas regiões Central e Nordeste do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2008.

Fonte: Brasil (2010).

A implantação de assentamentos rurais agroecológicos está apoiada em duas diretrizes distintas, porém complementares. Por um lado, o PDS nasceu de um processo de discussão empreendido por técnicos do Ministério de Meio Ambiente (MMA), do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Centro Nacional de Populações Tradicionais, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do INCRA para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terra no sentido de conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável. Foi oficializado como modalidade de projeto de assentamento, pela portaria Inca n 477 de 04/12/1999 e a Metodologia para Implantação de PDS pela portaria Inca n.º 1032 de 20/10/2000. Em suma, o PDS é "(...) *uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área*" (Brasil, 2000, p. 19).

Por outro lado, a organização dos assentamentos rurais agroecológicos também faz parte de uma nova perspectiva organizativa do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). De acordo com as lideranças do Movimento, esta concepção organizativa fundamenta-se na necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o país (CONCRAB, 2000). Conforme documentos publicados pelo MST, este projeto está ancorado em seis pilares, a saber: 1) mudança da estrutura agrária; 2) mudança na organização dos camponeses; 3) mudança de modelo tecnológico; 4) fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa; 5) soberania alimentar; 6) mudança na matriz energética. Com relação ao modelo tecnológico, o Movimento entende que é necessário estabelecer, principalmente nos assentamentos rurais, algumas linhas de ação, entre elas: a conservação e recuperação do solo; a produção de sementes e mudas melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa pública; o controle natural de pragas e doenças; a diversificação de culturas; o sistema consorciado de plantio de grãos, criação de animais e reflorestamento de áreas degradadas (CONCRAB, 2000; 2004).

O esforço feito pelo Movimento para a construção desta nova matriz produtiva não se fundamenta apenas nos princípios da sustentabilidade ambiental, mas, busca aliar a esta, a questão do cooperativismo. Nesta perspectiva, a cooperação é vista enquanto prática eficaz para a adequação de tecnologias que causem menor impacto ao ambiente agrícola, além de possibilitar também o resgate dos valores e tradições camponesas (FINKLER, 2006).

No Estado de São Paulo, o MST tem procurado desenvolver experiências produtivas baseadas nestes dois princípios. Este é caso do Assentamento Mário Lago, que está localizado na antiga Fazenda da Barra, uma propriedade de 1541 hectares de terra que, até o ano de 2000, era explorada com o cultivo de cana-de-açúcar, soja e amendoim. O cultivo da cana gerou impactos ambientais significativos, tanto nas áreas agricultáveis quanto nas áreas de preservação ambiental da propriedade e este foi um dos principais motivos que levou o representante da Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto a requerer, junto ao INCRA em São Paulo, a abertura de um processo de desapropriação deste imóvel.

Tal processo teve início no ano de 2000 e foi sucedido por um intenso período de lutas lideradas pelo MST e outros agentes sociais, entre eles: as pastorais da igreja católica da Diocese de Ribeirão Preto, ONGs ambientalistas, sindicatos de trabalhadores urbanos e, sobretudo, pelas ações da Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Em 29 de dezembro de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação da Fazenda da Barra. No entanto, a posse definitiva da propriedade foi concedida somente no ano de 2006, época em que os principais agentes envolvidos no

processo passaram a discutir as formas de implantação das diretrizes organizativas do assentamento.

Não obstante os princípios do MST e as normas estabelecidas pelo INCRA para a organização de um assentamento rural do tipo PDS, o fato é que, durante o processo de desapropriação e organização das famílias, surgiram divergências internas e outros movimentos sociais que lutam pela reforma agrária disputaram a organização política das famílias com o MST. Atualmente, 264 famílias permanecem organizadas pelo MST, constituindo o Assentamento Mário Lago; 160 famílias estão sob a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e outras 40 famílias pertencem a um movimento denominado Índio Galdino. A opção de analisar o caso do Assentamento Mário Lago deve-se ao fato de ser o MST o movimento social do campo que mais explicitamente manifesta uma preocupação com as questões ambientais, especialmente nos assentamentos rurais de reforma agrária.

PDS Mário Lago: o desenvolvimento sustentável como um ideal de organização social, política e econômica.

Logo após a sentença judicial que lhe garantiu a posse definitiva da Fazenda da Barra, o INCRA assinou perante a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preliminar. Entre os compromissos assumidos pelo INCRA neste documento destacamos: a garantia de que 35% da área seria destinada à RL⁵ e que as APPs existentes na fazenda seriam recompostas. Neste documento também ficou acordado que, num prazo de 180 dias, o INCRA, o MST e os assentados assinariam um TAC definitivo que orientaria as ações de planejamento e implantação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área.

Este prazo não foi cumprido, pois o período compreendido entre julho de 2007 e setembro de 2008 foi marcado por novas divergências, desta vez envolvendo a direção regional do MST em Ribeirão Preto e a Superintendência do INCRA em São Paulo, que foram decisivas para o processo de organização, não apenas do Assentamento Mário Lago, mas também dos dois outros grupos

⁵A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do aquífero Guarani. Desses 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restante, as famílias poderão desenvolver atividades agrícolas baseadas em Sistemas Agroflorestais (SAFs).

presentes na área. Esta fase pode ser definida como um período de intensa disputa pela condução política do projeto de assentamento. A nosso ver, as divergências entre INCRA e MST expressam aquilo que Martins (2004) definiu como uma "(...) *disputa política pela forma da reforma agrária*". De acordo com este autor:

Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. O que, ao fim e ao cabo, representa a consagração da reforma agrária, pelas partes em litígio, como solução do problema da pobreza rural [...] Essa luta, hoje amplamente mediada por *visões de mundo* estranhas aos protagonistas do drama agrário, não é mais estrita e substantivamente a luta social dos trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se substantivamente uma luta partidária dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos. Enfim, os setores que já se inquietam com a pobreza e as injustiças sociais, mas que nem sempre tem da luta pela terra uma visão enraizada na experiência de vida de quem da reforma agrária precisa ou uma visão a ela diretamente referida. As mediações estranhas ao problema em si tendem a multiplicar-se e a complicá-lo (p.40) [grifo nosso].

Foi, portanto, num clima de divergências políticas entre os dirigentes do MST e os representantes do INCRA/SP que as discussões sobre o TAC definitivo do Assentamento Mário Lago foram, em setembro de 2008, retomadas. Todas as reuniões para a elaboração deste TAC foram conduzidas pelo titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Logo nas primeiras audiências, as divergências vieram à tona, pois o INCRA já não considerava a Fazenda da Barra como um assentamento rural, mas como uma área em processo de regularização fundiária.

Enquanto os dirigentes do MST defendiam que era fundamental discutir todos os aspectos de organização do assentamento, o que envolvia a definição das áreas de produção coletiva e das áreas sociais, tais como escola, posto de saúde, áreas de lazer e, acima de tudo, um projeto de desenvolvimento econômico para as famílias, o INCRA direcionava as discussões para a demarcação dos lotes individuais. Quanto ao titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente, sua posição sempre foi a de priorizar as questões ambientais, uma

vez que elas deveriam ser o alicerce do processo organizativo deste assentamento. Frente a estas diferentes perspectivas, as discussões para elaboração do TAC definitivo avançavam pouco, a cada audiência ampliavam-se as divergências, agora não só entre os técnicos do INCRA e os dirigentes do MST, mas, em muitas situações, envolviam inclusive a assessoria técnica da promotoria, que sempre enfatizava a necessidade de adequação e respeito às normas técnicas e à legislação ambiental vigente no Estado.

Ocorria que, nessas audiências, o diálogo entre os técnicos ambientais e os assentados era dificultado pelo fato de que os segundos tinham dificuldades em compreender os termos utilizados pelos primeiros, por exemplo: o que é uma RL? O que significa APP? O que difere uma área da outra? Enfim, conceitos simples, mas que nem sempre eram apreendidos da mesma forma. A falta de clareza sobre estes e outros conceitos gerou dúvidas e distanciamentos no início das discussões sobre o TAC. Outro aspecto importante é que as audiências não foram realizadas com a participação dos três movimentos sociais que naquele momento ocupavam a área da Fazenda da Barra, porque o titular da promotoria temia que antigas divergências fossem retomadas prejudicando, assim, a definição rápida do documento. Esta opção apresentou o seu limite quando se descobriu que, no mapa elaborado pelo INCRA, um dos lotes do Mário Lago estava dentro de uma área de reserva legal destinada ao MLST. Isto gerou novas divergências que só foram apaziguadas quando o representante do Ministério Público acenou com a possibilidade de encaminhar o processo organizativo do assentamento que estava sendo planejado via elaboração do TAC para uma decisão judicial.

Centralizado na elaboração do TAC, o processo organizativo do PDS Mário Lago tem sido complexo, burocrático e controlado pelos agentes governamentais. As discussões sobre a demarcação dos lotes individuais, bem como a definição das áreas de preservação ambiental (RL e APPs) foram feitas sem a participação real dos movimentos sociais presentes neste território e sem a necessária articulação entre os que, de fato, nele permanecerão tendo que equacionar o desafio de produzir com a responsabilidade de conservar. Mais grave é que o controle foi exercido sem a contrapartida da oferta prioritária de infraestrutura para os assentamentos, especialmente o abastecimento de água e tratamento de esgoto das moradias construídas pelas famílias. A falta de água, além do abastecimento das moradias, tem se colocado como um dos principais gargalos do desenvolvimento do PDS Mário Lago porque inviabiliza a produção e a sustentação das famílias.

Tomando-se a produção agrícola como uma categoria central para analisar os limites e potencialidades da agroecologia ou, mais precisamente, da chamada transição agroecológica buscamos aprofundar a investigação inicialmente proposta e assim, além dos aspectos políticos presentes no processo organizativo do PDS Mário Lago, passamos a investigar também os aspectos relacionados às condições de produção existentes neste assentamento para verificar como as decisões tomadas no âmbito da elaboração do TAC consideravam (ou não) as condições já existentes e estavam (ou não) sendo implementadas neste assentamento.

PDS Mário Lago: limites e possibilidades da agricultura ecológica

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural deve, necessariamente, considerar as seis dimensões da sustentabilidade ambiental, a saber: ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. Cientes desta ressalva e tendo como campo empírico o PDS Mário Lago, apresentaremos alguns aspectos relevantes na perspectiva daquilo que estes mesmos autores definem como sendo uma agricultura sustentável, isto é, aquela agricultura que "*[...] reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, buscando tratar com igualdades questões tais como: equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica*" (BRASIL, 2008a, p.22)⁶.

⁶Na segunda etapa da pesquisa de campo nos dedicamos à investigação dos seguintes aspectos: infraestrutura do assentamento; forma de organização do trabalho; acesso a créditos para custeio da produção; disponibilidade de assistência técnica; base técnica utilizada pelos assentados e os canais de comercialização da produção.

QUADRO DE ÁREAS		
CLASSE	ÁREA (ha)	VALOR %
Reserva Legal - RL 01	31.6325	2.05
Reserva Legal - RL 02	33.1439	2.15
Reserva Legal - RL 03	0.9614	0.06
Reserva Legal - RL 04	3.9752	0.26
Reserva Legal - RL 05	5.1073	0.33
Reserva Legal - RL 06	12.0769	0.78
Reserva Legal - RL 07	1.7867	0.12
Reserva Legal - RL 08	16.0343	1.04
Reserva Legal - RL 09	6.8250	0.44
Reserva Legal - RL 10	53.3437	3.46
Reserva Legal - RL 11	10.5542	0.68
Reserva Legal - RL 12	72.1928	4.68
Reserva Legal - RL 13	10.3770	0.67
Reserva Legal - RL 14	11.6956	0.76
Reserva Legal - RL 15	25.6766	1.67
Reserva Legal - RL 16	14.1846	0.92
Reserva Legal - RL 17	1.8319	0.12
Reserva Legal - RL 18	5.7834	0.38
Reserva Legal - RL 19	9.4047	0.61
Reserva Legal - RL 20	12.6413	0.82
Reserva Legal - RL 21	5.0058	0.32
Reserva Legal - RL 22	3.7737	0.24
Reserva Legal - RL 23	10.7610	0.70
Reserva Legal - RL 24	2.3636	0.15
Reserva Legal - RL 25	13.3352	0.87
Reserva Legal - RL 26	2.9463	0.19
Reserva Legal - RL 27	53.6079	3.48
Reserva Legal - RL 28	0.3157	0.02
Reserva Legal - RL 29	1.4335	0.09
Reserva Legal - RL 30	3.9841	0.26
Reserva Legal - RL 31	7.1854	0.47
Reserva Legal - RL 32	5.4497	0.35
Reserva Legal - RL 33	2.3145	0.15
Reserva Legal - RL 34	1.6470	0.11
Reserva Legal - RL 35	0.9157	0.06
Reserva Legal - RL 36	5.5728	0.36
Reserva Legal - RL 37	9.7703	0.63
Reserva Legal - RL 38	12.6817	0.82
Reserva Legal - RL 39	14.3119	0.93
Reserva Legal - RL 40	42.9017	2.78
TOTAL DE RESERVA LEGAL	539.5065	35.00
APP	99.9436	6.49
VARZEA	43.6818	2.83
LINHÕES	61.2727	3.98
ESTRADAS	60.5939	3.69
ÁREA DE LOTES	740.0695	48.01
TOTAL	1541.3402	100%

Figura 1 – Quadro de áreas da Fazenda da Barra elaborado pelo INCRA/SP no ano de 2009.

Fonte: INCRA, 2009.

Analisando o quadro de áreas acima conclui-se que, de um total de 1.541,3402 hectares da antiga Fazenda da Barra, apenas 740.065 formam as áreas para produção, ou seja, somente 48,01% das terras estão disponíveis para as famílias produzirem em lotes individuais. Dividindo-se esta porção de terra entre as 464 famílias que o INCRA considera como assentadas neste território, tem-se como resultado 1,594 hectares que corresponde ao tamanho médio de cada lote.

Foi neste pedaço de chão que encontramos homens e mulheres produzindo uma dúzia de produtos agrícolas, tais como: milho, feijão, abóbora, berinjela, quiabo, jiló, arroz, diversos tipos de hortaliça, mamão, banana, caxi, maxixe, mandioca e batata doce; também criavam pequenos animais, entre eles: porcos, cabritos, frangos de corte e galinhas poedeiras. Parte dos produtos cultivados e dos animais criados era consumida na dieta das próprias famílias e o restante era comercializado na cidade de Ribeirão Preto, especialmente, nos bairros próximos ao assentamento.

A partir de um grupo de famílias que vinha comercializando parte da sua produção por meio de uma cooperativa criada na área quatro do PDS Mário Lago⁷, pudemos constatar que, embora pouco diversificada, a produção desenvolvida por estas famílias na safra 2009/2010 era significativa. Com estas famílias, realizamos entrevistas semiestruturadas onde foi possível perceber que algumas delas se encontravam diante de um grave problema para produzir em seus respectivos lotes: a falta de água para irrigação.

Ainda que a produtividade agrícola nas pequenas propriedades esteja sempre relacionada à força de trabalho disponível, a irrigação artificial é um elemento primordial, pois, sem ela, o cultivo de vários produtos alimentícios fica restrito ao período das

⁷Esta cooperativa foi fundada em junho de 2009 pelos próprios assentados que decidiram nomeá-la de COOPERARES (Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo). Um dos objetivos da COOPERARES era estabelecer canais de comercialização entre os assentados e as instituições públicas e privadas atuantes na região de Ribeirão Preto. Neste sentido, em março de 2010, a cooperativa firmou um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra antecipada da produção agrícola realizada por agricultores familiares e que é destinada aos bancos de alimentos dos municípios brasileiros. Em Ribeirão Preto, o banco de alimentos é coordenado pela prefeitura municipal que dispõe de pessoal e equipamentos adequados para o armazenamento e distribuição dos produtos às entidades assistenciais da cidade.

chuvas. De acordo com a Superintendência do INCRA, a questão do acesso a água é um problema estrutural que afeta o desenvolvimento de muitos assentamentos no Estado de São Paulo. No entanto, nos assentamentos da antiga Fazenda da Barra, está questão é mais grave ainda, pois a captação de água nesta área tem que ser realizada com cautela e seguindo os padrões técnicos específicos para não causar contaminação, tanto dos recursos hídricos superficiais quanto subterrâneos. Do ponto de vista dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) que atuam na região de Ribeirão Preto, esta é uma questão fundamental e terá que ser sempre considerada nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos existentes neste território. Curioso é que esta mesma preocupação nem sempre se estende aos demais projetos empresariais em andamento na mesma região como, por exemplo, a criação de usinas-destilarias e outras empresas de grande porte.

Às dificuldades de acesso à água, somavam-se outras duas questões: a da liberação de créditos para custeio da produção e a disponibilidade de assistência técnica, dois elementos importantes para a o desenvolvimento produtivo dos assentamentos de reforma agrária. No que se refere aos créditos, cabe ressaltar que, assim que o INCRA retomou o processo de organização do PDS Mário Lago, as famílias tiveram acesso ao chamado Apoio Inicial no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais); como a demarcação dos lotes individuais não ocorreu no tempo previsto, o INCRA liberou um Apoio adicional no mesmo valor⁸.

De acordo com alguns assentados, parte destes recursos foi utilizada no pagamento de serviço de aração e gradeamento de terra; algumas famílias também adquiriram materiais básicos, tais como arame, tela, palanques, reservatórios d'água e ferramentas de uso diário no campo; o restante foi consumido na compra de alimentos num estabelecimento comercial próximo ao assentamento. Com relação à assistência técnica, todos os entrevistados afirmaram que não haviam ainda recebido este tipo de serviço, no entanto, como expressa o depoimento seguinte, a percepção dos assentados sobre a importância de se ter um acompanhamento técnico era bastante evidente.

⁸O Apoio Inicial e o Adicional são recursos disponibilizadas pelo governo federal aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; ambos fazem parte do chamado Crédito Instalação. Conforme a Instrução Normativa Nº 50 publicada pelo INCRA em 22 de Dezembro de 2008, os assentados contam ainda com as seguintes possibilidades de Crédito Instalação: Apoio Mulher; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Semi-Árido; Recuperação/ Materiais de construção; Reabilitação de Crédito de Produção.

Se o INCRA não colocar um acompanhamento técnico para orientar a turma a plantar e a cuidar, em dez anos todos estarão falidos. Isto é uma questão séria, porque como eu falei: para alguns, isso aqui foi o fundo do poço, a última porta que se abriu. Não estou falando de mim porque se um dia eu sair daqui eu tenho como me virar, eu tenho uma profissão, eu consigo me manter, eu falo de outros né, por falta de conhecimento mesmo, porque eu sai da roça e estou voltando para roça, agora tem gente que não veio da roça. Ele não tem a noção, ele não sabe que se ele plantar um pé de feijão são noventa dias para ele colher aquele feijão (Assentado do PDS Mário Lago).

Na ausência de um programa de assistência técnica, alguns assentados demonstravam disposição e meios para obter informações sobre como cultivar certos produtos:

Às vezes eu vou na casa da minha mãe, fico horas no computador e mando e-mail para a EMBRAPA, entro no site deles, procuro coisas. Mas, sei lá, falta um acompanhamento mais de perto [...]

Os depoimentos acima revelam que, após a demarcação dos lotes, se ampliou o processo de individualização entre os assentados do PDS Mário Lago, pois, nesta época, muitos buscavam alternativas próprias; outros tentavam, a partir dos núcleos familiares, encontrar as soluções mais adequadas para os seus problemas.

Quanto à base técnica, podemos afirmar que, até início do ano de 2010, era pequeno o número de assentados que dispunham de máquinas e implementos agrícolas, tais como tratores, arados, grades, plantadeiras e roçadeiras. Considerando a pequena dimensão dos lotes individuais, alguns assentados faziam uso da tração animal e de plantadeiras manuais. Outro aspecto importante no conjunto das técnicas criadas e ou reproduzidas por algumas famílias era a da criação de um banco doméstico de sementes. Muitas famílias reservavam parte dos produtos cultivados para deles retirarem sementes que eram replantadas nas safras seguintes.

Este ano eu tirei semente daqui mesmo, tirei semente de abóbora; o quiabo é semente de lá de baixo de onde eu morava [outro lote] eu só comprei as mudas de jiló e berinjela, comprei ali na Pedra Branca. Foi só isso que eu comprei esse ano, o resto foi tudo semente que eu tirei (Assentado do PDS Mário Lago).

Tudo o que eu ia produzindo eu tirava semente. Eu consegui colher semente de maxixe em quantidade que tava para plantar um lote inteiro, mas eu não posso plantar porque eu não tenho água; eu colhi semente de abóbora de tudo quanto é tipo, eu colhi e guardei, mas eu vou plantar como, você entendeu? (Assentada do PDS Mário Lago).

As fotografias abaixo expostas ilustram a disponibilidade de recursos técnicos, bem como as formas de provisão de sementes e a técnica de consórcio de culturas, no caso, o feijão com milho.

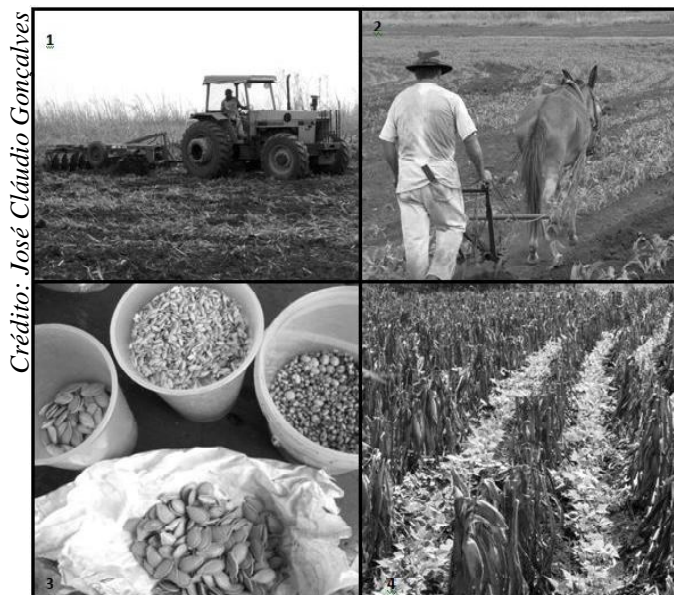


Foto 1 – Gradeamento de uma área para cultivo de milho (Núcleo Dom Helder, área 3)./**Foto 2** – Assentado trabalhando com tração animal (Núcleo Dandara, área 1)./**Foto 3** – Amostras de sementes coletadas por uma assentada (Núcleo Antonio Conselheiro, área 2)./**Foto 4** – Plantio de milho em consórcio com feijão (Núcleo Terra Sem Males, área 1).

Fonte: caderno de campo, 2009 e 2010.

Outras duas questões importantes na análise a respeito da produção agrícola desenvolvida por este grupo de famílias estão relacionadas à fertilidade do solo e ao entorno do PDS Mário Lago. Como já evidenciamos, durante muitos anos, as atividades agrícolas realizadas na Fazenda da Barra estiveram reduzidas aos cultivos de cana-de-açúcar, soja e amendoim. Como se sabe, o cultivo destes

produtos demanda uma utilização significativa de adubos e fertilizantes sintéticos. O uso destes produtos tornou o solo de algumas áreas muito ácido e isto, atualmente, prejudica o desenvolvimento de certas culturas. Interrogados sobre as perdas e outras dificuldades de produção, muitos trabalhadores revelaram a necessidade e o desejo de corrigir o solo dos seus lotes.

A partir do ano que vem, se Deus me ajudar, eu vou comprar calcário para jogar ai. Vou comprar também o adubo orgânico para poder ajudar, porque se a terra for boa você não pode deixar ela enfraquecer. Você tem sempre que ajudar, porque se você deixar ela enfraquecer até você recuperar de novo, ai fica caro para você meu filho, fica caro para você. Então, todo ano você tem que jogar um pouco de calcário para ajudar, certo? (Assentado do PDS Mário Lago)

Além dos problemas derivados da acidez do solo, há também a questão do entorno do assentamento, pois, praticamente, todas as propriedades vizinhas cultivam cana-de-açúcar, onde a utilização de defensivos químicos interfere na produção realizada por algumas famílias, especialmente, daquelas que cultivam próximo as divisas. Um assentado sintetizou este problema da seguinte forma:

O projeto que todo mundo está visando é ambiental, é ecológico, mas se você não estiver afinado, antenado com as coisas que estão fazendo não vai funcionar. Porque se você planta aqui, vamos supor aqui nesse assentamento é tudo ecológico, tudo natural, sem defensivo químico, sem veneno, sem nada, mas os vizinhos de fora estão passando veneno, isso vai prejudicar aqui dentro também (Assentado do PDS Mário Lago).

Questionados sobre as diretrizes ambientais do PDS Mário Lago, entre elas, a proibição ao uso de fertilizantes e adubos químicos, a maioria dos assentados, demonstrou interesse e concordância com tais diretrizes, pois, segundo eles, existem alternativas aos agroquímicos. Novamente, recorreremos ao depoimento de uma assentada que tanto indica as dificuldades quanto as alternativas criadas por ela para minimizar os problemas derivados da perda da fertilidade do solo, bem como, das pragas encontradas em alguns de seus cultivos:

Esta dando bicho, a gente pega aquelas abóboras enormes assim e, por baixo, sai o caldo. É uma lagarta que faz isso, mas nós vamos calcariar, tem

que por o calcário e tem que ter um esterco bom. Porque se a terra está bem estercada, a abóbora vem com força sabe? Aí esses bichinhos aí pode dar em uma ou duas, mas, não dá em tudo. Então, se Deus quiser, com esses oitocentos reais que o governo vai soltar o projeto é por o calcário para ver se melhora um pouco a terra (Assentada do PDS Mário Lago).

Mesmo perdendo parte da produção para as lagartas e outras pragas, os assentados demonstravam confiança no desenvolvimento de uma produção agrícola baseada na sustentabilidade ambiental. Diante desta perspectiva, interrogamos alguns assentados, em especial, aqueles que vinham desenvolvendo uma maior variedade de cultivos. A investigação a respeito desta questão revelou que as estratégias empreendidas por eles para conseguir uma melhor produtividade eram bastante diferenciadas, sendo que muito do sucesso obtido estava relacionado aos conhecimentos trazidos por eles próprios, ou seja, ao saber fazer agrícola destes trabalhadores e trabalhadoras. Observemos mais alguns depoimentos:

Quando eu faço uma cova de abóbora em ponho com esterco da galinha, preparo ele, misturo com a terra e coloco um pouco de cinza para não dar bicho. Já planto aquela cova preparada (Assentada do PDS Mário Lago).

Eu estou fazendo com mamona, com santa bárbara, é um negócio que tem dado um resultado muito bom [...] o MST passou um papel e nós tiramos uma base, a gente vai fazendo o teste e vai dando certo, o próprio produto orgânico mata o bicho, elimina, entendeu? (Assentado do PDS Mário Lago).

A falta do agrotóxico não é problema porque a vida toda nós fomos criados produzindo sem agrotóxico, sem veneno, sem adubo e viemos para o Movimento e ele tem essa característica do antepassado. Então, não deu diferença, bateu uma coisa com a outra, bateu exatamente uma coisa com a outra, porque aqui não pode usar o veneno, não pode usar adubo; a única coisa que nós temos que usar é o orgânico é com isso que nós temos que produzir. Então, você tem que ir catando a folha de banana, a folha do guandu. Você vê ai tudo forado com esta palha, a gente aproveita tudo o orgânico para ver se ajuda a terra (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro aspecto importante com relação ao conhecimento apresentado pelos assentados diz respeito à forma de organizar o lote, isto é, ainda que não

estivessem desenvolvendo plenamente seus projetos de produção, muitos demonstravam já ter em mente um plano, um desenho de como proceder a exploração do lote. Nas palavras de uma assentada:

Num espaço pequeno você tem que ter várias coisinhas para você tirar um pouquinho aqui, um pouquinho ali e fazer um monte. Assim, quando não tem uma coisa tem outra. Aqui não dá para plantar só dois ou três produtos, tem que ter diversificação (Assentada do PDS Mário Lago).

As condições de produção existentes no PDS Mário Lago até a safra 2009/2010 refletiam, diretamente, sobre as formas de organização do trabalho, pois, na impossibilidade de desenvolver, plenamente, seus lotes, muitos trabalhadores e trabalhadoras recorriam às atividades laborais externas ao assentamento; os homens na construção civil e as mulheres em atividades domésticas na cidade de Ribeirão Preto. Os recursos obtidos com o trabalho não agrícola destinavam-se, segundo alguns depoimentos, apenas a obtenção dos produtos necessários a reprodução da família. Questionada sobre este tipo de atividade, uma assentada assim se manifestou:

Tem que fazer trabalho fora, por enquanto tem, só quem mora na beira da água é que pode falar que sobrevive só daqui. Meu marido faz bico, ele não trabalha assim registrado nem nada porque ele saiu por causa daqui né. Ele faz bico de pedreiro, tem que fazer senão passa necessidade mesmo, então ele faz bico. A colheita da CONAB eu faço (Assentada do PDS Mário Lago).

O depoimento desta assentada é fundamental, pois, ele não apenas denuncia a falta de infraestrutura existente no assentamento, como também revela as estratégias empreendidas pelas famílias para mitigarem as suas dificuldades. Tal situação permite inferir que a organização do trabalho dependia das condições particulares de cada família. Assim, havia casos em que os assentados dedicavam-se, em tempo integral, às atividades agrícolas no interior do assentamento; em outros, o trabalho agrícola era combinado com atividades não agrícolas na área urbana.

Um segundo aspecto determinante na forma de organização do trabalho agrícola era a composição de cada família. No geral, eram famílias pequenas formadas apenas pelo casal e mais um ou dois filhos menores. Havia também alguns assentados que moravam e trabalham sozinhos em seus lotes. O

depoimento de um trabalhador, de 67 anos e viúvo, permite compreender um pouco melhor esta particularidade:

Eu nunca tinha trabalhado numa área tão pequena assim, então, eu estou tocando o meu lote e o da minha cunhada porque ela é sozinha. Tem também o da [...] que ela é sozinha e os filhos não se interessam. Então, dá para você tocar e sobreviver, mas é uma experiência diferente, é diferente, muito diferente (Assentado do PDS Mário Lago) [grifo nosso].

Outro elemento de suma importante no modo de organização do trabalho das famílias Sem-Terra é a questão da cooperação. Na fase de acampamento, a cooperação é indispensável para a própria sobrevivência destes trabalhadores, traduzindo-se em companheirismo, ajuda mútua para construção dos barracos, manutenção da segurança e também dos aspectos relativos à alimentação do grupo. Contudo, após a conquista da terra, alguns destes princípios são desfeitos e o que se verifica é uma ampliação no grau de individualismo e de conflito entre algumas famílias. Nesta fase, também é comum que as formas de cooperação baseada nas relações de afinidade e solidariedade entre os assentados sejam substituídas pelo chamado cooperativismo institucionalizado, isto é, a criação de associações e cooperativas que buscam solucionar apenas os problemas de ordem econômica.

Pensada a partir da dicotomia acampamento-assentamento, cabe destacar que, no PDS Mário Lago, a cooperação tradicional também retraiu depois que os lotes individuais foram demarcados. Vejamos alguns depoimentos a respeito da desestruturação dos princípios de cooperação tradicional:

Praticamente aqui nada que você faz no coletivo dá certo, porque tem sempre um mais esperto. Então, cada um cuida do seu, a não ser que você tenha o dinheiro para pagar um companheiro aqui para ele vir te ajudar né, porque ninguém mais trabalha no coletivo. Se você precisa da ajuda de um companheiro você tem que pagar o dia dele. Nós estamos lutando para voltar a união, mas está difícil (Assentada do PDS Mário Lago).

Rapaz isso ai é complicado, porque nessa luta nossa isso é o que mais se fala né; fala nessa política do companheirismo que é o coletivo, mas é complicado demais, é complicado. Antigamente não tinha essa dificuldade de coletividade, hoje você não consegue fazer mais isso (Assentado do PDS Mário Lago).

Voltando à questão da produção agrícola, podemos refletir ainda sobre duas outras questões: a da comercialização do excedente produzido e a prática do autoconsumo. A comercialização formal era feita, basicamente, através de dois projetos inscritos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Com relação à comercialização informal, esta era realizada através de diversos meios: venda direta ao consumidor (porta a porta), comércio fixo em determinados pontos localizados nos bairros próximos ao assentamento, entrega a atravessadores e venda de certos produtos sob encomenda.

Estas duas modalidades de comercialização – formal e informal – apresentavam pontos positivos e negativos. Para alguns assentados, a venda direta era tida como a melhor alternativa, uma vez que a mesma resultava numa melhor remuneração:

Vender na rua é um bom negócio, na rua a gente ganha mais, vender quiabo e jiló é bom negócio, mandioca também é bom negócio, o que é ruim para negócio na rua é abóbora, abóbora de árvore não é um bom negócio não [...] vendendo na rua, 5 dias por semana, dá para ganhar uns duzentos e cinquenta reais (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro assentado que comercializava nos dois sistemas apontou as vantagens e desvantagens presentes em ambas as formas:

Então hoje a gente está contente porque nós temos a CONAB aqui e nós entregamos na porta, mas uma coisa que não dá para entender é o preço, é muito barato. Você vê a mandioca, por exemplo, é 50 centavos o quilo, aí você desconta 20% da cooperativa e ela sai por 40 centavos, não tem jeito de você vender (Assentado do PDS Mário Lago).

No que se refere ao autoconsumo, é necessário considerarmos que para muitos assentados, o assentamento é um espaço que não se reduz a lógica do mercado, pois, ao adquirirem o direito de uso da terra, estes homens e mulheres passaram a reviver experiências pretéritas, muitas das quais vividas ainda na infância e adolescência. Estas experiências estão relacionadas, entre outros aspectos, a dieta alimentar destes sujeitos e ao modo como tal dieta era suprida no passado. Analisemos a fala de um assentado sobre o prazer da sua mãe e o dele próprio em viver no assentamento.

Igual esse milho seco aí, esse milho seco aí é o seguinte: depois que eu fechar aqui eu vou comprar uma porca para mim e vou comprar umas galinhas, porque minha mãe gosta de roça, mas tem que ter as galinhas dela. Ela gosta de uma galinha caipira porque ela é mulher de roça, você entendeu? E a melhor coisa do mundo é que ela levanta cedo e vai debulhar o milho para tratar das galinhas dela, ela não é fácil não [...] Eu vou falar uma coisa para você, eu gosto de morar na roça e gosto de plantar minhas coisinhas, você entendeu? Eu gosto de ter as minhas coisinhas, eu gosto, eu adoro. A coisa mais bonita do mundo, igual tá aquela moita de quiabo ali oh, é você plantar e todo dia cedo você levantar e ver ela. É coisa bonita, rapaz! (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro assentado, do mesmo núcleo de famílias, nos afirmou que ele também fazia uso dos produtos cultivados em seu lote, bem como, doava parte deles para os seus amigos e familiares. A doação de alimentos pode ser entendida como uma demonstração de apreço destes sujeitos por pessoas que fazem parte do seu convívio ou por aquelas que, simplesmente, chegam para uma visita.

Eu consumo também, fora o que eu dou para os amigos. Aqui não tem esse negócio de miséria. Tudo o que planto vem porque é de coração. Eu comecei aqui com oito galinhas e um galo e hoje eu tenho mais de cem galinhas (Assentado do PDS Mário Lago).

As atuais formas de produção desenvolvidas pelos assentados do PDS Mário Lago, não devem, portanto, ser analisadas somente por critérios econômicos, pois elas, de fato, estão relacionadas aos costumes, as trajetórias, as dietas alimentares destes sujeitos, enfim, a um modo de vida e de produção que, de fato, foi desestruturado pelo processo de modernização da agricultura brasileira (NORDER, 2004). Todavia, é preciso considerar se este modo de vida, esta forma de se relacionar com a natureza e de desenvolver atividades agrícolas apresenta potencialidades para se pensar novas formas de uso da terra nesta região do Estado.

Considerações finais

Tomada em sua dimensão política, a organização de assentamentos rurais agroecológicos faz emergir diferentes interpretações acerca da relação entre produção agrícola e conservação ambiental. De modo geral, tais interpretações

estão centradas no conceito de desenvolvimento sustentável, todavia, as concepções de sustentabilidade ambiental dos atores envolvidos são divergentes e isto gera conflitos durante a elaboração e implantação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Isto se mostrou evidente durante as audiências de discussão e elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo do PDS Mário Lago. A respeito deste documento, cabe salientar que o mesmo pode tornar-se letra morta, ou seja, um instrumento meramente normativo, pois ao privilegiar a dimensão ambiental, o TAC não consegue articular a questão ambiental com o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas.

Em síntese, o estudo de caso realizado a partir do processo de desapropriação da Fazenda da Barra em Ribeirão Preto e sua posterior transformação em assentamentos rurais do tipo agroecológico revela que os impactos ambientais gerados pela atividade canavieira tende a fortalecer a ação dos agentes que lutam, tanto a favor da redistribuição quanto da ressignificação do uso da terra no território paulista. Entretanto, é importante salientar também que a potencialidade da questão ambiental não permanece a mesma ao longo de todas as etapas de organização dos assentamentos. Em outras palavras, a dimensão ambiental apresenta-se como forte aliada no processo de desapropriação das propriedades cuja exploração econômica seja ambientalmente insustentável, no entanto, na fase de desenvolvimento produtivo dos territórios reformados a mesma perde força, tornando-se, em muitas ocasiões, mero discurso de um ou outro agente. Esta particularidade dificulta a realização de uma reforma agrária progressista, isto é, de uma reforma agrária que seja sinônimo de justiça social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: **Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. UFRGS; EMBRAPA, EMATER, Porto Alegre: setembro, 1995.

ALVES, F. J. da C. **Modernização e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. 347 p. Tese (doutorado em Economia), UNICAMP, Campinas, 1991.

ASSUNÇÃO, R; VEIGA, J, E, R. Terra circunscrita, In: CALZAVARA, O;

LIMA, R. O (org.), **Brasil rural contemporâneo**. Londrina: EDUEL, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. (coord.). **Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**, Araraquara: FUNDUNESP; CNPq; FINEP, 1995.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000. 50p.

____ **Instrução normatiza n.º 50**, publicado no DOU em 24/dezembro/2008.

____ **PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, MDA; SAF; DATER, 2008.

CALZAVARA, O; LIMA, R. O (org.) **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**, Londrina, EDUEL, 2004.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 24p.

CONCRAB. **Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15, Brasília: Editora Distrital, 2000.

____ **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 10, São Paulo: CONCRAB, 2004.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B. **A chama verde dos canaviais: uma história de lutas**

dos boias-frias. Araraquara. 524p. Tese de livre docência em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1991.

_____. **No reino da modernização:** o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C.; SCHIMIDT, B. V. (orgs). Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

FINKLER, C. N. *et al.* **Agroecologia:** a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. In: 5.º Encontro Estadual de Agroecologia, Cascavel/PR: junho de 2006.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária:** o impossível diálogo, São Paulo: EDUSP, 2004.

NORDER, L, A, C. **Políticas de assentamento e localidade:** os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil, 2004.

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância:** saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP, 2003.

SILVA J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, São Paulo: UNICAMP; IE, 1996.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____. FERRANTE, V. L. S. B. Roupas novas para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, v.1, n.3, p.32-40, out/dez. 1987.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil:** do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria. São Paulo: Contexto, 1990.